

## Documento

De José Carlos Souza Araújo,

Everardo Adolpho Backheuser nasceu em Niterói, RJ, em 23 de maio de 1879, diplomou-se em Engenharia, lecionou em diversas instituições de nível superior e médio, exerceu atividades em instituições públicas, foi deputado estadual pelo Rio de Janeiro, RJ. Além disso, exerceu atividades jornalísticas várias e foi participante de várias sociedades científicas. Foi co-fundador da Associação Brasileira de Educação em 1924. Publicou diversas obras, dentre as quais *O Professor*. Faleceu em Niterói, RJ, em 01 de janeiro de 1951. O excerto que aqui se insere como documento explicita sua concepção sobre os deveres do professor, uma reflexão publicada em 1946. (Para referências delineadas sobre o autor em apreço, cf. BARREIRA, Luiz Carlos. Everardo Backheuser. In FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITO, Jader de Medeiros (orgs.). Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais. 2ª. Ed. Aum. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-Inep-Comped, 2002, p. 332-338).

### O PROFESSOR

por Everardo Backheuser

#### DEVERES DO PROFESSOR

Além das qualidades que o devem exornar e das quais se deve aproveitar, realçando-as, incumbe ao professor certo número de deveres.

A estes não se deve ele furtar. Do cumprimento desses deveres resulta o aperfeiçoamento e até a eclosão de certos predicados e da falta de serem eles executados com meticoloso rigor pode resultar atrofia dos mesmos.

Ao professor cabe em primeiro lugar o **dever do estudo**. Conforme seja ou não cumprido com meticulosidade, resulta o realçamento ou o apagamento das qualidades de saber (cultura geral, cultura especializada, etc.) que todos reconhecem como indispensáveis ao bom mestre.

O estudo tornado hábito, longe de ser sacrifício, é prazer. E prazer que aumenta à proporção que o hábito mais se enraíza.

Perigoso mal é o professor se desacostumar da prática diuturna da leitura, do laboratório, da pesquisa, da aquisição de novas noções gerais. Com o avanço rápido da evolução progressiva de todos os ramos de conhecimento, aí do professor que deixa de estar em contínuo contacto com os livros e as revistas.

E, no entretanto, é fato corrente. Perdido o entusiasmo dos primeiros anos de magistério, o professor se vai deixando vencer pela rotina. Esquece-se de que a ciência caminha, e se contenta com o nível por ela atingido nos anos de sua mocidade. Perdem suas aulas o viço da novidade, tornam-se arcaizadas, pesadas para os alunos e desinteressantes para ele mesmo, pois, transformado em realejo que “mói” uma mesma canção, já nela não encontra o atrativo do “novo”, do “desconhecido”, do “descoberto”.

Como dito a propósito das “alegrias do professor” esses renovados “descobrimientos” são fonte de grandes satisfações. E essas alegrias são alimentadas pelo estudo. Quem, por preguiça, por displicência, por empáfia, por “achar que já não é necessário”, se furta ao dever do estudo, também não aúfere o contentamento da renovação do seu saber.

Para ser realmente útil e agradável o estudo do professor não se há de reduzir canhestamente a um único “ramo” ou “especialidade” se não ser alargado tanto a conhecimentos afins quanto a informes gerais, de ordem filosófica, fundamentais, desses que todo o homem precisa possuir.

O professor é um eterno estudante, um “scholar”, queimando as pestanas nos livros. O professor que não estude “por prazer” faça-o “por dever”.

Outro dever do professor é a **assiduidade** e a **pontualidade**. Certo haverá excelentes professores que não sejam assíduos ou pontuais. Suprem pelo brilho no desempenho das funções os indiscutíveis inconvenientes daquelas falhas. De modo geral todos devemos ser pontuais. Por método de trabalho, para não perdermos tempo e não fazermos que terceiros o percam.

Ao menos, por delicadeza. Não é gentil fazer alguém esperar por nós. Se o professor é impontual, ele, que deve ser “exemplo”, leva os alunos também à mesma incorreção. E isso é a balbúrdia. Toda vez que alunos entram na sala atrasados provocam certa desordem e paralisação do trabalho. Toda vez que a falta se origina do professor, os inconvenientes são ainda maiores: durante o atraso do professor a classe entra em borborinho (às vezes algazarra), prejudicando outras salas. E, ademais, há um furto ao tempo de trabalho efetivo.

Do mesmo modo, a assiduidade. A penalidade em dinheiro resultante da negação de pagamento ao faltoso não indeniza os alunos do prejuízo havido com a supressão da lição que devera ter sido ministrada. A matéria ou é atropelamento tratada na aula seguinte ou é cancelada.

Em alguns estabelecimentos e sistemas de ensino está estabelecido que, passado curto tempo de tolerância, a aula seja dada por um substituto obrigado, como o efetivo, a comparecer diariamente. Fica resguardado desse modo o justo direito do aluno.

Outro dever do professor deveria ser o de dar ao ensino todo o seu tempo e todas as suas preocupações. Chamam a isso **full-time**. Não apenas os curtos “tempos” dos horários, mas a permanência no seu gabinete para atender a consultas, para realizar investigações, para projetar trabalhos, tal cumpria ser a preocupação do mestres. A necessidade de aumentar os escassos honorários força às vezes os professores, ou a buscar outros empregos, ou a lecionar em muitos estabelecimentos. São contingências que medidas legais podem evitar.

Não é este, porém, o caso mais sério. Caso de maior gravidade é quando o professor, não se tomando de amor pela carreira, prefere ocupar o tempo de qualquer outra forma, salvo em contactos proveitosos para os alunos, isto é, gastando-o em diversões, trocando pernas pelos corredores ou em “bate-papos” pelos cafés da própria escola.

Esse tipo de dever não é em geral ponderado devidamente, por isso que a maioria dos professores no Brasil entende que, cumprindo os tempos dos horários legais, satisfazem plena e completamente suas obrigações. Ora, a verdade é bem outra. O aluno carece talvez mais do mestre quando o consulta do que quando lhe ouve as preleções. À hora da consulta o estudante já meditou a matéria, já a conhece um pouco, pois que encontrou dificuldades para melhor apreendê-la. É a hora da precisão do auxílio. Fugir a esse serviço é, sem dúvida, esquivar-se ao cumprimento de um dever.

Importante dever do professor são os trabalhos suplementares da cadeira: a pesquisa, a investigação, o rebuscamento de informes, a multiplicação de dados. São o complemento natural do exercício direto do magistério pois que ilustram e vivificam as lições. O professor que se limita a repetir um compêndio ou mesmo a compilar vários tratados, acaba sem originalidade. Sem originalidade e em consequência, ainda que dotado de inteligência e facilidade de elocução, sem brilho próprio.

Os trabalhos de pesquisa são reconhecidos por toda a gente como a substrutura do sábio. E toda a gente deseja que os professores universitários tenham o estofo de sábios.

Mas, mesmo no grau primário, há necessidade de investigações indispensáveis ao bom exercício da função de educador na correspondência do seu nível de ensino. No entretanto poucos são (do meu conhecimento) os professores que o tenham. Cito um exemplo. Todos sabemos quão útil seria para a educação da infância se o professor estivesse integrado no conhecimento do “meio social” da sua escola. Para que esse conhecimento fosse efetivo seria necessário que o professor conhecesse o bairro da sua escola, como vivem os seus moradores, quais as possíveis companhias das crianças, quais os seus divertimentos, etc.

Salvo a hipótese de residir no próprio bairro do estabelecimento ou em bairro similar, carece o professor primário de “adquirir” esses conhecimentos.

Adquiri-los-á com facilidade destinando algumas horas por semana a visitar os pais dos seus alunos, a percorrer e “viver” um pouco a vida da região. Podem ser contados pelos

dedos os professores que, em cada um dos distritos municipais das grandes cidades, se entregam a esse necessário esforço. De muitos, a quem tenho lembrado esse gênero de investigação social, a resposta sorridente e zombeteira é de que não são pagos para isso. E, para quem isso pensa, a convicção é de que o trabalho do professor se calibra pelos minutos de relógio em que deve permanecer dentro da escola.

Lembremos ainda mais um dos deveres habitualmente apontados ao professor, constante até de alguns regulamentos: **publicar compêndio da matéria de sua carreira.**

A obrigação de confeccionar um tratado ou um simples epítome de sua especialidade força o professor a meditar maduramente a programação das próprias aulas. É vantagem para ele. E para o ensino. E facilita ao aluno o estudo, pois que o dispensa da consulta a muitos livros, caros ou raros, isto é, poupa ao estudante tempo e dinheiro.

Tal como é apresentado o problema, e fielmente reproduzimos as razões no período acima, parece clara a vantagem da existência do compêndio do catedrático. E se há essa conveniência, lógico será o dever de cumprir essa exigência didática.

Mas, em verdade, a evidência do compêndio do mestre não é tão clara como à primeira vista se apresenta.

O compêndio de aula só é verdadeiramente indispensável no curso secundário, e, sob a forma de “padrões de trabalho”, nas escolas técnico-profissionais. Condensando em poucas páginas a matéria da aula faz o efeito de “vade-mecum” para consulta, para reavivar a memória, para facilitar a fixação sintética das noções recebidas. À falta de um compêndio único adotado para toda a classe (na hipótese de ser de nível secundário) é o professor conduzido a ditar apostilhas, a organizar ele próprio as famosas sebatas de tão decantada memória. A necessidade do compêndio no grau médio do ensino justifica-se pela impossibilidade de confiar ao aluno o encargo de um bom resumo das lições. O espírito analítico, peculiar à idade, conduziria os jovens à dificuldades por vezes intransponíveis se se vissem obrigados a esse trabalho de síntese. Mas, mesmo no curso secundário, ao compêndio de aula não se deve emprestar o caráter de rigidez inamoldável, senão o de guia de estudo, sempre enriquecido pelo docente com documentação renovada e oportuna. E quando tivesse aquele caráter, pensaria alguém em exigir que cada professor secundário escrevesse o “seu” compêndio? A suposição é tão descabida que qualquer análise é desnecessária.

No ensino primário e no ensino superior o “compêndio do professor” já se justifica muito menos. E por motivos diversos para cada qual dos dois casos.

Quanto ao ensino primário:

Em primeiro lugar seria impossível pretender, como vimos de sublinhar para o curso secundário, que cada professor primário escrevesse um compêndio. Não pode ser dever imposto a cada um dos mestres de primeiras letras a redação de um livrinho. E quando fosse possível tão esdrúxula exigência, seria inviável pela inexistência de editor. Aliás, cumpre lembrar, em segundo lugar, que grande parte do ensino primário, segundo os conselhos da didática moderna, precisa ser ministrado sem compêndio propriamente dito. Os próprios

livros de leitura das séries de principiantes é confeccionado pela classe ou pelos alunos, individualmente. Nos anos mais adiantados, livros verdadeiramente indispensáveis são quase só os de leitura para aprendizagem da linguagem. Os demais, em grande número de casos, podem ser dispensados e substituídos pelo “caderno de aula” no qual os componentes da turma gravem as “conclusões” dos “estudos” e “pesquisas” acabadas de realizar. O compêndio só se torna necessário quando os métodos de trabalho, pela elevação do nível mental da classe, adquirem feição de ensino secundário, isto é, na melhor hipótese, nas últimas séries do curso.

Quanto ao ensino superior:

Aí o “compêndio do professor” pode ser dispensado por motivos inteiramente diversos dos apontados para o curso primário. E, no entretanto, é para o curso superior que geralmente se voltam os olhos ao ser feita alusão a esse dever do mestre. Examinemos porém mais de perto a hipótese:

O ensino superior é dado a moços que já devem ter passado o conturbado período da adolescência e devem estar aptos a julgamentos próprios. Cumpre-lhes oferecer oportunidades, mesmo forçando-as, para exercitarem um espírito crítico construtivo. Pôr-lhes nas mãos um único compêndio (e o compêndio do professor teria na prática definitivamente esse caráter) seria como que atrofiar o seu espírito de pesquisa. Encontrando facilidade de rápida aquisição dos conhecimentos pedidos em provas e exames, o aluno se satisfaria com essa única fonte de saber condensado que punha a seu alcance, a bem dizer, tudo que era necessário ao seu exame. E com isso se desabilitaria da freqüência às bibliotecas, da pesquisa laboriosa, sem dúvida, mas, também sem dúvida, reconfortadora. E assim mais tarde, na vida prática, seria o “homem de um só livro”, impermeável às novidades, às técnicas renovadas, ao progresso.

Este um dos aspectos do “compêndio do professor” examinado do lado da inconveniência para o aluno. Para o docente que apresenta ao público um compêndio há talvez o prejuízo freqüente de cristalizar nele o seu saber, dar-se por satisfeito pelo colossal esforço despendido e deixa-se ficar indolente quanto ao reavivamento do seu próprio tesouro de conhecimentos. O “seu” livro será o seu túmulo, será um dos mais seguros caminhos da **fossilização** a que aludimos em outro capítulo. Longe portanto de ser uma vantagem, o livro por ele escrito sob forma de compêndio tornar-se-ia ponderável contra-peso para leva-lo ao desamor ao estudo, e o amor ao estudo é condição **sine qua non** ao bom professor.

Julgo que o “compêndio do professor” a ele só prestará serviço se o considerar sempre como obra inacabada, carecedora de constantes retoques, de adminículos incessantes, de reedições contínuas que acabem talvez só se parecendo com as antigas no formato e na página de rosto, por lhes ter sido refundido completamente o conteúdo.

A necessidade de publicar compêndio não nos parece portanto **dever** estrito do professor, senão “coisa de utilidade” nos casos e com a fisionomia que acabamos de debuxar.

Dever do professor universitário seria, isso sim, a publicação de monografias da sua especialidade. Mas a esse dever já aludimos ao dizer da conveniência da pesquisa e da investigação por parte do professor. A publicação de monografia é mero complemento daqueles dignificantes trabalhos.

BACKHEUSER, Everardo. **O Professor**. Rio de Janeiro: Livraria Agir, 1946. 113-122p.

REVISTA  
**PROFISSÃO**  
**DOCENTE** ON  
LINE